

Regime Geral de Previdência Social: Balanço do Ano de 2008

O ano de 2008 apresentou uma expressiva redução na necessidade de financiamento do Regime Geral de Previdência Social, devido a uma combinação de arrecadação com crescimento elevado e despesa com benefícios previdenciários com incremento moderado. A necessidade de financiamento passou de R\$ 49,0 bilhões, em 2007, para R\$ 37,2 bilhões, em 2008, resultado de uma arrecadação líquida de R\$ 167,0 bilhões frente a uma despesa com benefícios previdenciários de R\$ 204,2 bilhões. Comparando estes resultados com o ano de 2007, observa-se que a necessidade de financiamento diminuiu 24,1% (-R\$ 11,8 bilhões). Já a arrecadação líquida e as despesas com benefícios previdenciários cresceram 9,2% (+R\$ 14,0 bilhões) e 1,1% (+R\$ 2,2 bilhões), respectivamente, entre o acumulado de 2008 e 2007 (Tabela 1).

TABELA 1

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário (Dez/2007, Nov/2008 e Dez/2008) - Em R\$ milhões de Dez/2008 (INPC)

	dez/07 (A)	nov/08 (B)	dez/08 (C)	Var. % (C/B)	Var. % (C/A)	Acum. Jan. a dez/07	Acum. Jan. a dez/08	Var. %
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	21.113,4	13.598,5	22.964,2	68,9	8,8	153.022,5	167.036,8	9,2
1.1. Receitas Correntes	21.517,7	14.139,3	23.629,4	67,1	9,8	158.940,8	175.110,4	10,2
Pessoa Física (1)	614,4	524,6	633,6	20,8	3,1	6.216,8	6.391,9	2,8
SIMPLES - Recolhimento em GPS (2)	734,7	540,6	860,7	59,2	17,2	6.121,2	6.477,0	5,8
SIMPLES - Repasse STN (3)	816,3	978,7	968,6	(1,0)	18,7	9.911,0	10.984,7	10,8
Empresas em Geral	15.623,2	9.123,9	16.839,0	84,6	7,8	105.449,8	116.051,2	10,1
Entidades Filantrópicas (4)	204,2	109,6	215,9	97,0	5,7	1.304,1	1.425,4	9,3
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS (5)	1.371,0	700,6	1.519,2	116,8	10,8	7.558,9	8.654,4	14,5
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE (6)	488,6	528,4	533,6	1,0	9,2	5.727,8	6.140,2	7,2
Clubes de Futebol	2,7	3,1	2,8	(8,9)	1,8	42,5	50,4	18,5
Comercialização da Produção Rural (7)	203,5	223,2	213,5	(4,4)	4,9	2.621,6	2.919,7	11,4
Retenção (11%)	1.224,8	1.219,4	1.375,1	12,8	12,3	11.456,8	13.401,2	17,0
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (10)	56,3	0,0	222,9	-	295,8	753,7	691,4	(8,3)
Reclamatória Trabalhista	172,8	181,1	237,9	31,4	37,7	1.694,4	1.845,7	8,9
Outras Receitas	5,2	6,1	6,7	9,9	28,6	82,3	77,2	(6,2)
1.2. Recuperação de Créditos	898,3	855,2	827,9	(3,2)	(7,8)	8.932,4	9.225,6	3,3
Fundo Nacional de Saúde - FNS (8)	0,0	0,0	0,0	-	-	0,2	0,0	(100,0)
Certificados da Dívida Pública - GDP (9)	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	-
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (11)	25,9	28,4	21,2	(25,5)	(18,2)	313,6	312,3	(0,4)
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS (12)	14,0	13,3	2,8	(78,8)	(79,9)	75,2	57,1	(24,1)
Depósitos Judiciais - Repasse STN (13)	123,1	162,1	134,2	(17,2)	9,0	1.293,4	1.123,0	(13,2)
Débitos (14)	123,7	85,3	85,8	0,5	(30,7)	921,6	790,0	(14,3)
Parcelamentos Convencionais (15)	611,5	566,2	584,0	3,1	(4,5)	6.328,3	6.943,1	9,7
1.3. Restituições de Contribuições (16)	(19,7)	(13,2)	(80,6)	512,9	309,4	(246,9)	(221,4)	(10,4)
1.4. Transferências a Terceiros	(1.282,9)	(1.382,9)	(1.412,6)	2,1	10,1	(14.603,8)	(17.077,9)	16,9
2. Despesas com Benefícios Previdenciários	25.251,1	17.835,5	21.226,7	19,0	(15,9)	202.008,1	204.224,1	1,1
Pagos pelo INSS	25.027,3	17.413,1	20.967,8	20,4	(16,2)	196.380,3	198.568,0	1,1
Sentenças Judiciais - TRF (17)	223,7	422,4	258,9	(38,7)	15,7	5.627,7	5.656,1	0,5
3. Resultado Previdenciário (1 - 2)	(4.137,7)	(4.237,0)	1.737,5	(141,0)	(142,0)	(48.985,6)	(37.187,3)	(24,1)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPS/MPS



Nos últimos três anos, o incremento na arrecadação líquida, em termos percentuais, tem sido maior que nas despesas com benefícios previdenciários, o que reforça a importância do crescimento da arrecadação sobre a diminuição no ritmo da necessidade de financiamento da Previdência Social.

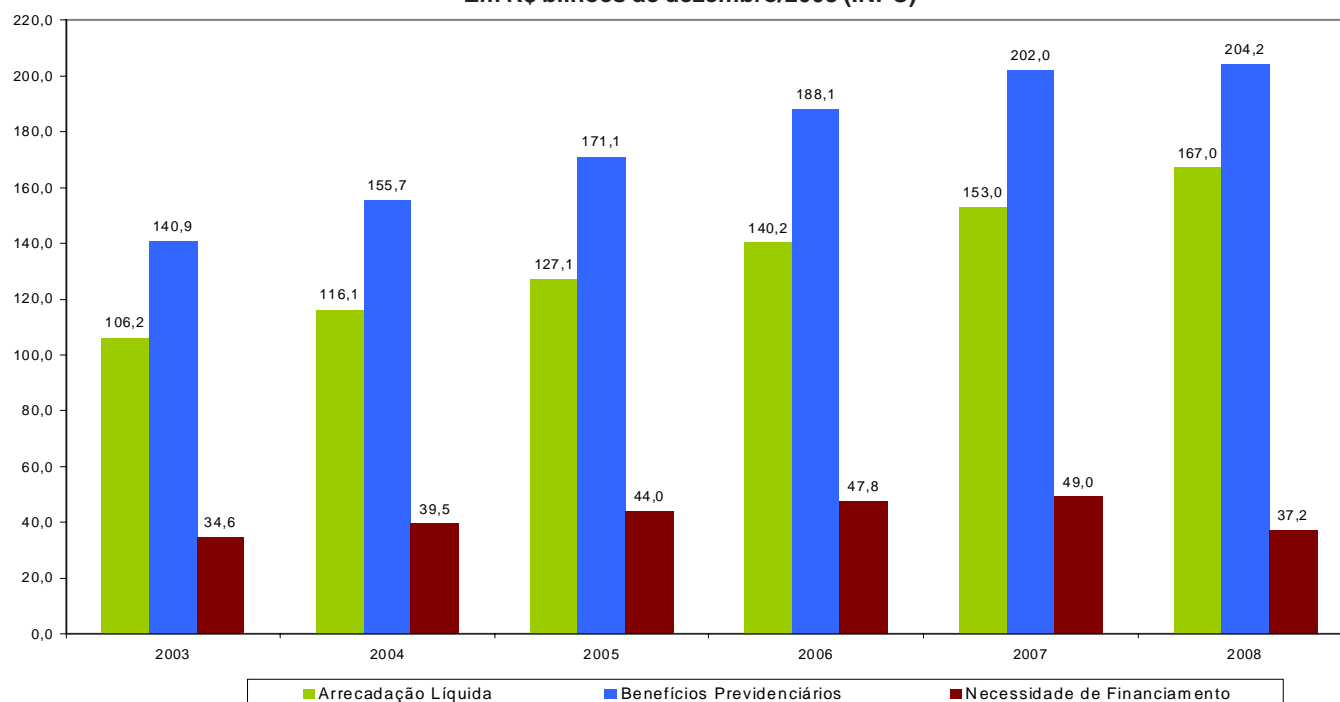
Dentre os fatores que explicam o incremento da arrecadação líquida no ano de 2007, os principais são: (i) o comportamento favorável do mercado de trabalho formal; (ii) o empenho gerencial na expansão da arrecadação como um todo; (iii) a elevação do teto do RGPS de R\$ 2.894,28 para R\$ 3.038,99 a partir de março de 2008, fato que ampliou a base de contribuição e elevou as receitas correntes.

Entre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da despesa com benefícios previdenciários, pode-se citar: (i) o reajuste acima da inflação concedido ao salário mínimo (em março de 2008), fazendo com que o piso previdenciário – que em dezembro determinou o valor recebido por 66,0% dos beneficiários da Previdência Social – tenha tido um ganho significativo no seu valor real; (ii) o crescimento vegetativo, natural, do estoque de benefícios; (iii) reajuste dos benefícios com valor superior a 1 salário mínimo, concedido em março de 2008, com base no INPC do período de abril de 2007 a fevereiro de 2008.

É importante destacar que a necessidade de financiamento do RGPS em 2008 apresenta o menor valor nos últimos 5 anos – de 2004 a 2008 (Gráfico 1).

GRÁFICO 1

Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Necessidade de Financiamento do RGPS – Em R\$ bilhões de dezembro/2008 (INPC)



Fonte: Fluxo de Caixa INSS; Informar/INSS – Elaboração: SPS/MPS

EXPEDIENTE: Ministro da Previdência Social: José Pimentel • Secretário Executivo: Carlos Eduardo Gabas • Secretário de Políticas de Previdência Social: Helmut Schwarzer • Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social: João Donadon • Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público: Delúbio Gomes Pereira da Silva • Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários: Rogério Nagamine Costanzi • Corpo Técnico: Edvaldo Duarte Barbosa, Emanuel de Araújo Dantas e Graziela Ansiliero • Distribuição: Juliana Gonçalves Teles Costa.

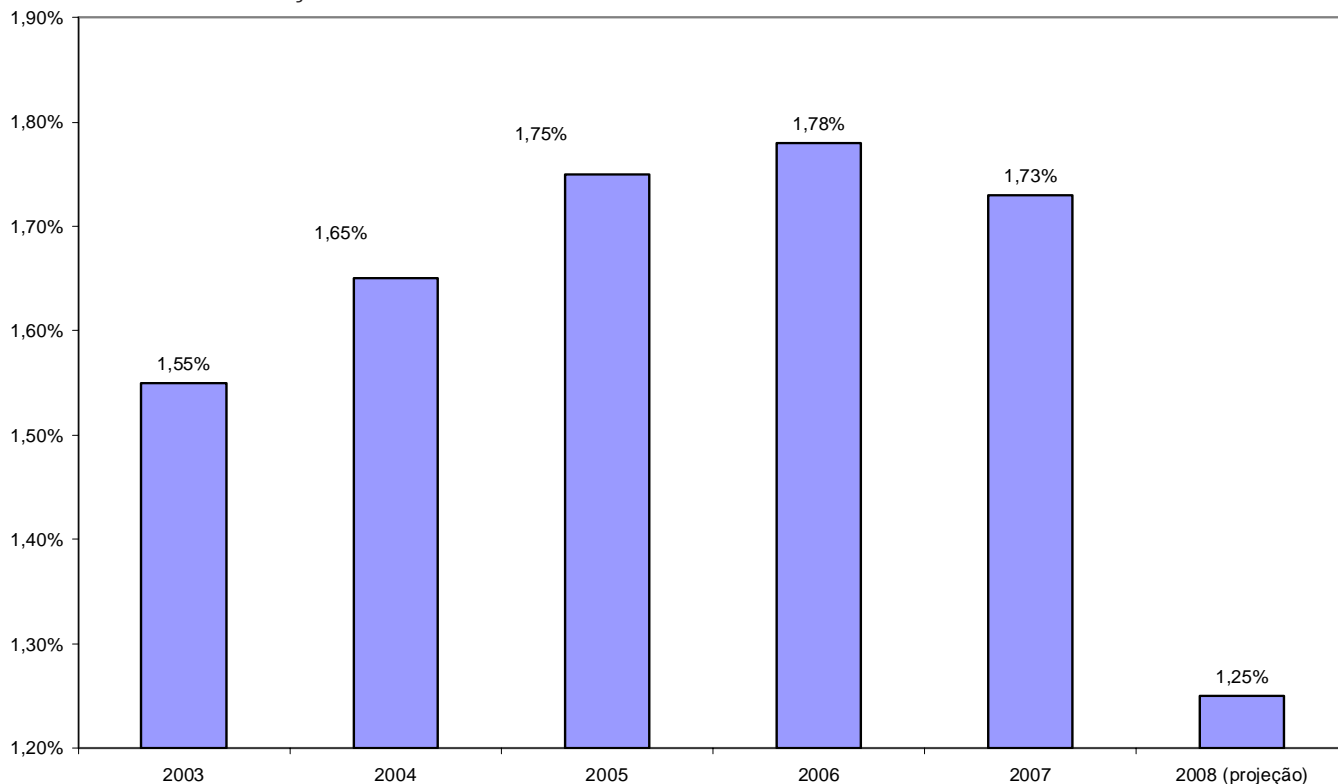
O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social - MPS, de responsabilidade da Secretaria de Políticas de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários. Impressão: Assessoria de Comunicação Social/MPS. Também disponível na internet no endereço: www.previdencia.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

CORRESPONDÊNCIA: Ministério da Previdência Social • Secretaria de Políticas de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios Bloco "F" - 7º andar, sala 750 • 70.059-900 - Brasília-DF
Tel. (0XX61) 2021-5011. Fax (0XX61) 2021-5408 • e-mail: cgep@previdencia.gov.br

A estimativa, tendo em vista a projeção do PIB para 2008, é que a necessidade de financiamento, em % do PIB, deva ficar em 1,25% em 2008, menor patamar do período de 2003 a 2008, ou seja, a menor dos últimos 6 anos (Gráfico 2). Isso vem ocorrendo em função do bom momento vivido pela economia brasileira, com consequência direta na arrecadação líquida, juntamente com as medidas de gestão adotadas pelo MPS, que reflete na despesa com o pagamento de benefícios.

GRÁFICO 2
Evolução da necessidade de financiamento do RGPS em % do PIB – 2003 a 2008



Fonte: SPS/MPS e IBGE (para 2008 foi utilizada uma projeção para o PIB)
Elaboração: SPS/MPS

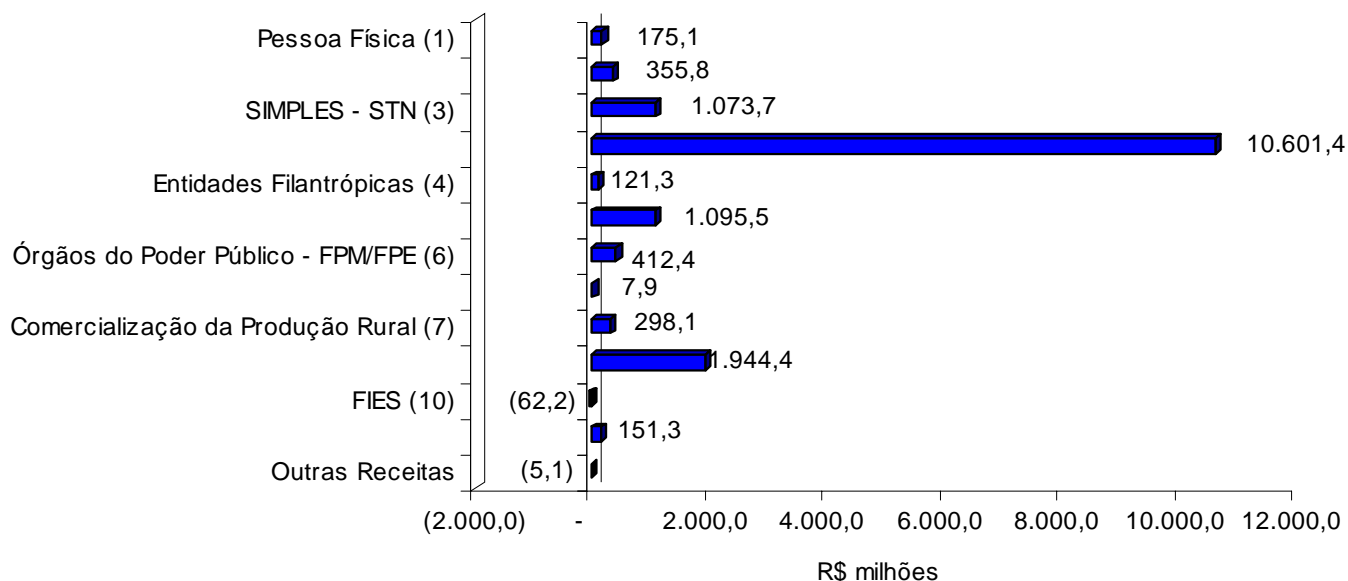
Cabe destacar, inclusive, que em dezembro de 2008 foi observado um superávit de R\$ 1,7 bilhão, algo que não ocorria desde abril de 1997. Contudo, esse resultado também decorreu do fato que ocorreu antecipação de pagamento de metade do 13º salário dos benefícios previdenciários nos meses de agosto e setembro e a outra metade foi paga nos meses de novembro e dezembro, conforme a Lei 11.665, de 29/04/2008. Já arrecadação conta com o recolhimento integral do 13º salário no mês de dezembro.

RECEITAS CORRENTES E MERCADO DE TRABALHO

A arrecadação por meio das rubricas de receitas correntes passou de R\$ 158,9 bilhões, em 2007, para R\$ 175,1 bilhões, em 2008, aumento de 10,2% (+R\$ 16,2 bilhões). Com exceção das rubricas Fundo de Incentivo ao Ensino Superior (FIES), que diminuiu 8,3% (-R\$ 62,2 milhões), e Outras Receitas, que reduziu 6,2% (-R\$ 5,1 milhões), todas as demais rubricas de receitas correntes apresentaram crescimento entre 2008 e 2007, destacando-se as mais significativas e estreitamente vinculadas ao comportamento do mercado de trabalho: (i) as provenientes das empresas em geral, que aumentaram 10,1% (+R\$ 10,6 bilhões), (ii) as optantes pelo SIMPLES, com incremento de 8,9% (+R\$ 1,4 bilhão), inclusive a contribuição dos empregados e (iii) a retenção de 11% por parte de contratantes de serviços prestados mediante empreitada e cessão de mão-de-obra, aumento de 17,0% (+R\$ 1,9 bilhão), que representaram, juntas, 83,9% do total de receitas correntes, no ano de 2008, e cresceram 10,5% em relação ao ano anterior. Esse resultado decorre, em grande medida, do bom desempenho do mercado de trabalho formal e, também, da elevação do teto do RGPS.

GRÁFICO 3

Variação das Receitas Correntes (janeiro a dezembro) de 2008 em relação a 2007 - Em R\$ milhões de Dez/2008 (INPC)

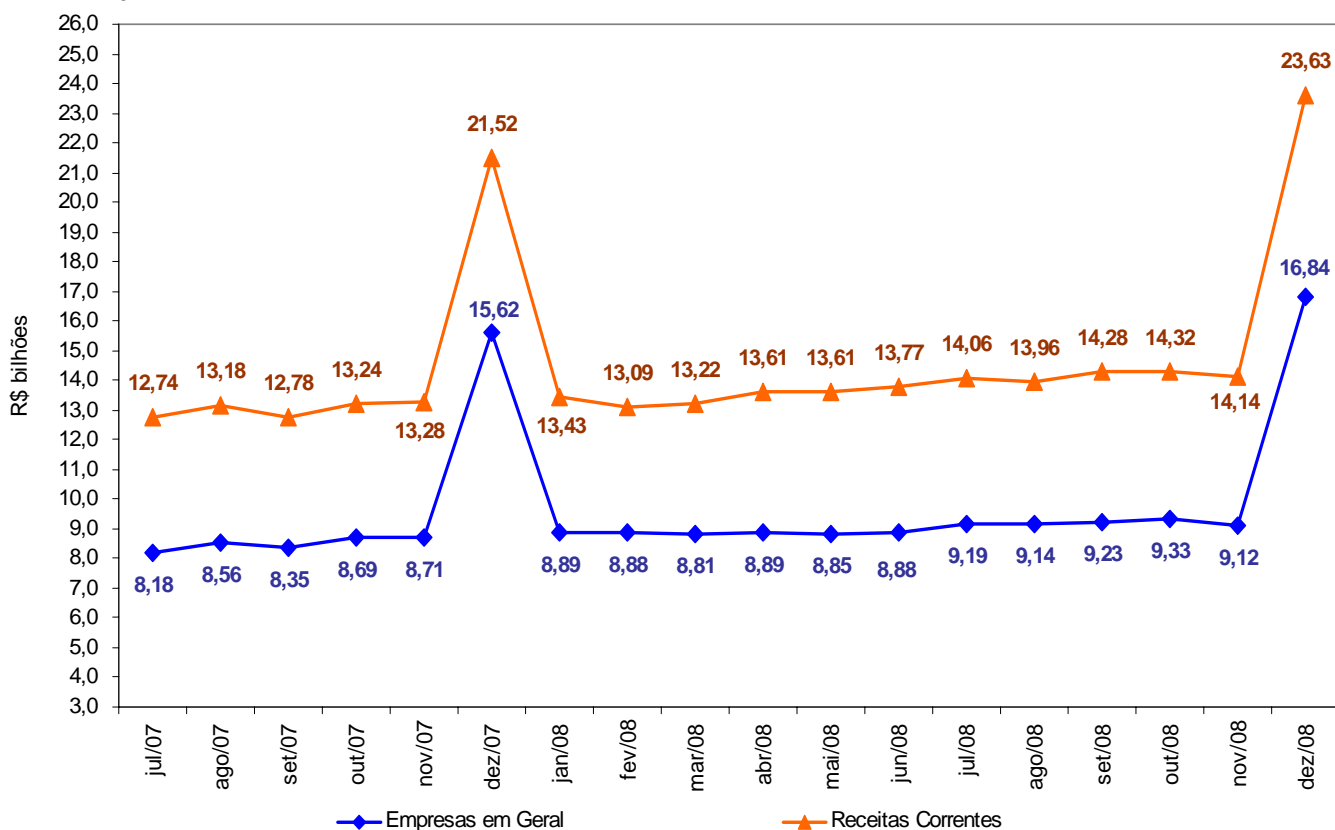


Fontes: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPS/MPS.

Nos últimos 18 meses, a arrecadação de Empresas em Geral vem apresentando uma tendência de aumento, conforme pode ser visto no Gráfico 4, fruto do bom desempenho do mercado de trabalho nesse período.

GRÁFICO 4

Arrecadação de Receitas Correntes e Empresas em Geral nos últimos 18 meses - Em R\$ bilhões de Dez/2008 (INPC)



Fontes: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) – Elaboração: SPS/MPS.

Conforme citado anteriormente, as receitas correntes guardam uma vinculação muito estreita com o mercado de trabalho. Esse fato pode ser percebido ao se analisar os principais indicadores do mercado de trabalho que revelam resultados bastante satisfatórios para o ano de 2008.

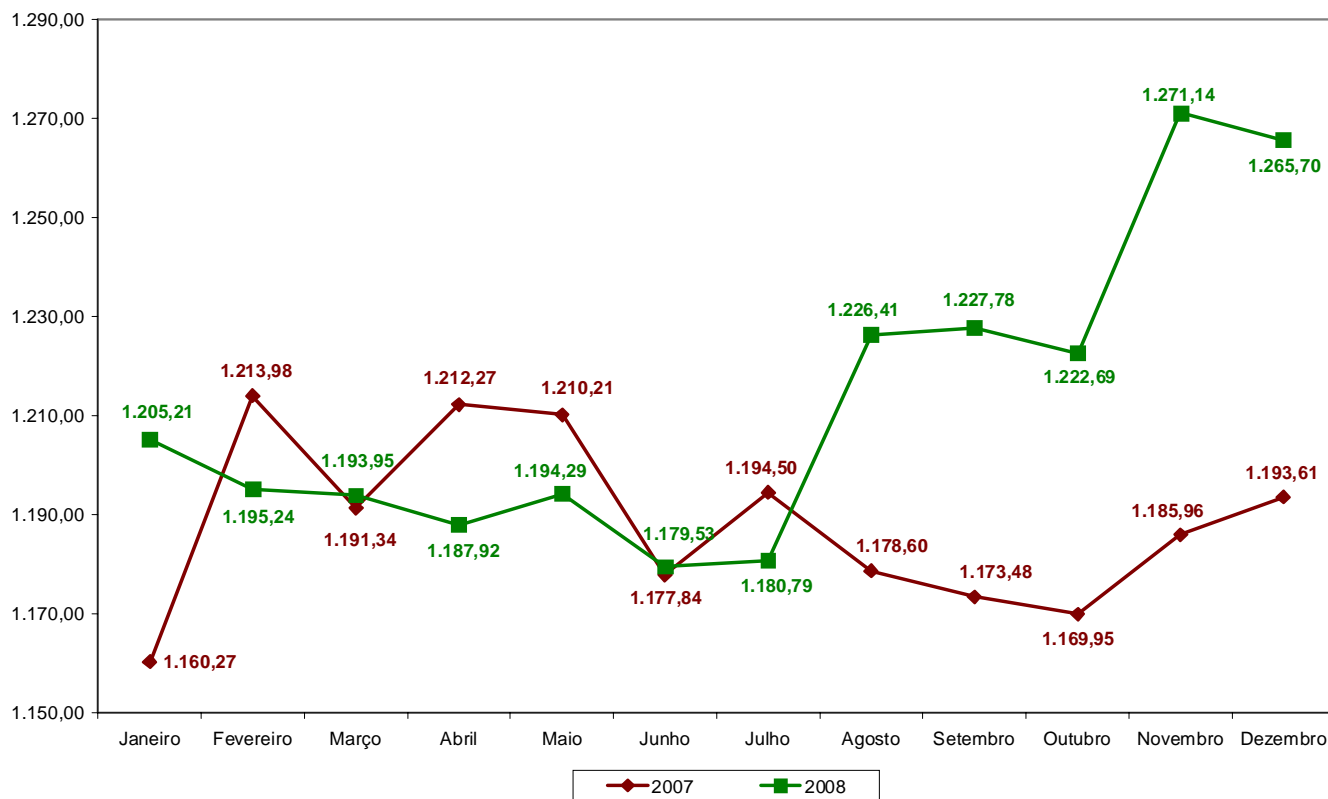
Em 2008, o CAGED registrou a geração de 1.452.204 empregos com carteira (+ 5,01% em relação a dezembro de 2007). Em termos absolutos, o setor de Serviços, com o aumento de 648.259 postos de trabalho (+5,67%), liderou a geração de empregos no período. Em seqüência, vêm os setores do Comércio (+382.218 postos ou +5,91%) e da Construção Civil (+197.868 postos ou +12,93%). A Indústria de Transformação (+178.675 postos ou +2,55%) e o setor Agrícola (+18.232 ou + 1,22%) apresentaram expansão mais moderada do emprego em relação aos demais setores mencionados. O conjunto das Áreas Metropolitanas respondeu pela geração de 679.177 empregos em 2008, sendo menor apenas que o verificado em 2007(+736.593 postos). Os interiores desses estados que possuem região metropolitana foram responsáveis pelo incremento de 477.094 postos de trabalho (+4,46%), indicando menor dinamismo em relação aos aglomerados urbanos, comportamento que pode ser atribuído, em parte, às atividades relacionadas ao agronegócio.

A Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE mostra importantes avanços no mercado de trabalho no ano de 2008. A desocupação nunca esteve tão baixa e a formalização, tão alta, ou seja, em 2008 (média anual) 48,6% da população ocupada era empregada com carteira de trabalho assinada no setor privado (inclusive doméstico) e 7,9% foi a estimativa da taxa média anual de desocupação.

O rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido pelos trabalhadores metropolitanos do setor privado, cuja massa salarial consiste na principal base de arrecadação do RGPS, passou de R\$ 1.193,61, em dezembro/2007, para 1.265,70, em dezembro/2008, crescimento de 6,0% (Gráfico 5).

GRÁFICO 5

Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido pelas pessoas de 10 anos ou mais idade, empregadas com carteira de trabalho assinada do setor privado, nas regiões metropolitanas – Em R\$ Dezembro/2008 (INPC)



Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego – Elaboração: SPS/MPS.

Notas: 1. Inflacionado pela média ponderada do INPC da região metropolitana; 2. Exclusive trabalhadores domésticos.

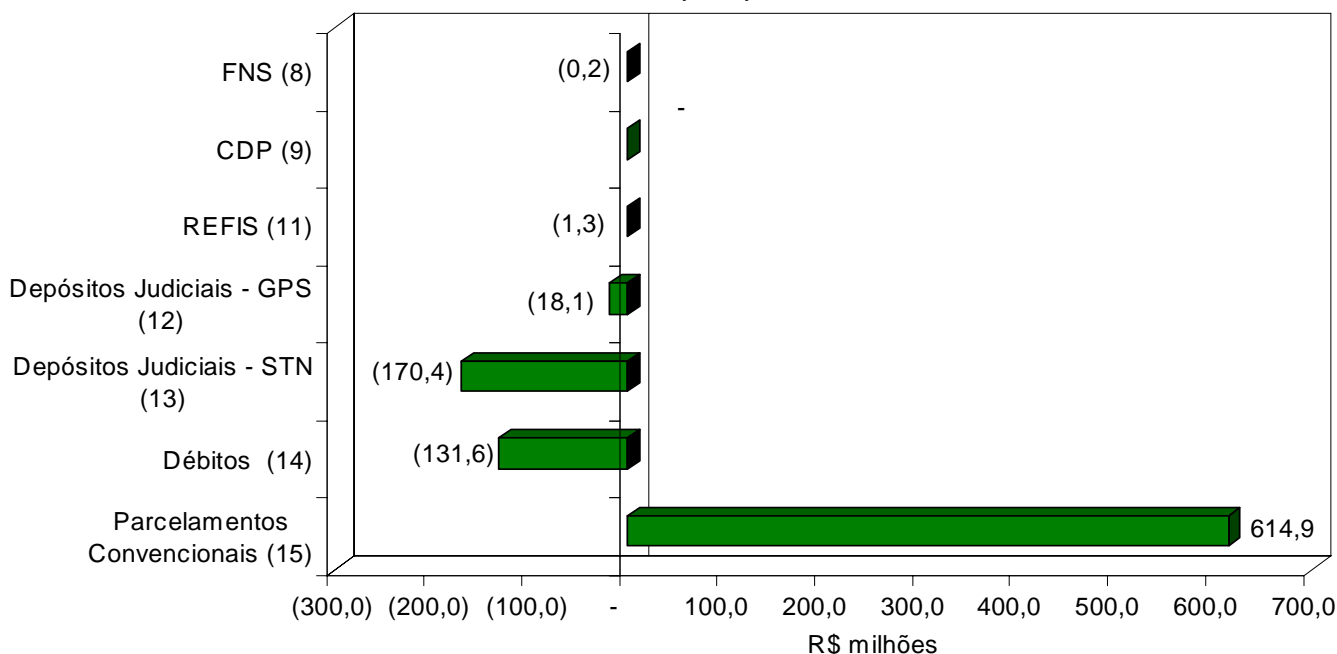
RECEITAS ORIUNDAS DE MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

As receitas originadas de medidas de recuperação de créditos em 2008 foram 3,3% (+R\$ 293,3 milhões) superior ao ano de 2007, provenientes do desempenho positivo da rubrica de Parcelamentos Convencionais, de 9,7% (+R\$ 614,9 milhões), que representou 75,3% sobre o total de receitas oriundas de recuperação de crédito.

Quanto ao desempenho negativo, destacam-se as receitas de Depósitos Judiciais – Recolhimento em GPS, com queda de 24,1% (-R\$ 18,1 milhões), Débitos, que diminuíram 14,3% (-R\$ 131,6 milhões) e Depósitos Judiciais, via STN, redução de 13,2% (-R\$ 170,4 milhões entre o acumulado de 2008 e 2007 (Gráfico 6).

GRÁFICO 6

Varição das Receitas de Recuperação de Créditos entre o acumulado de 2007 e 2008 – Em R\$ milhões de Dezembro de 2008 (INPC)



Fontes: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) –
Elaboração: SPS/MPS.

RESULTADOS DAS ÁREAS URBANA E RURAL

Em 2008, a arrecadação das áreas urbana e rural somou, respectivamente, R\$ 161,9 bilhões e R\$ 5,1 bilhões, totalizando R\$ 167,0 bilhões. Comparando com o ano de 2007, houve um crescimento de 9,1% (+R\$ 13,6 bilhões) na área urbana e de 9,9% (+R\$ 459 milhões) na área rural. Em relação à despesa com benefício, R\$ 163,3 bilhões destinaram-se à clientela urbana, aumento de 0,8% (+R\$ 1,3 bilhão), e R\$ 40,9 bilhões à rural, crescimento de 2,3% (+R\$ 939 milhões).

TABELA 2

Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural – 2006 a 2008 (Acumulado em cada ano) – R\$ milhões de Dezembro/2008 (INPC)

Ano	Clientela	Arrecadação Líquida (a)	Benefícios Previdenciários (b)	Resultado (a - b)
2006	TOTAL	140.231	188.070	(47.839)
	Urbano	135.909	151.308	(15.398)
	Rural	4.321	36.762	(32.441)
2007	TOTAL	153.022	202.008	(48.986)
	Urbano	148.394	162.021	(13.627)
	Rural	4.629	39.987	(35.358)
2008	TOTAL	167.037	204.224	(37.187)
	Urbano	161.949	163.298	(1.349)
	Rural	5.088	40.926	(35.838)

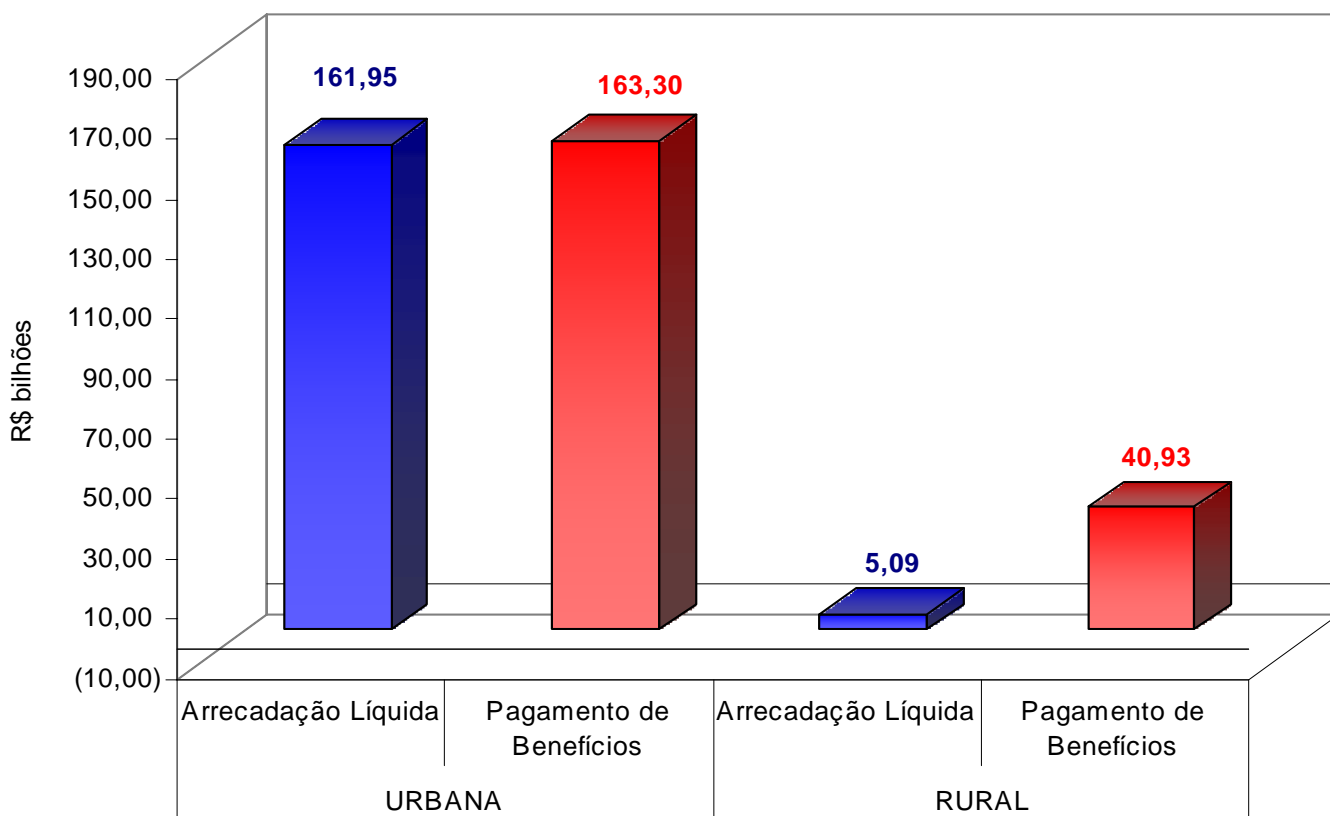
Fontes: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPS/MPS.

A necessidade de financiamento da área urbana diminuiu consideravelmente, passando de R\$ 13,6 bilhões, em 2007, para R\$ 1,3 bilhão, em 2008, queda de 90,1% (-R\$ 12,3 bilhões). Já na área rural, esta comparação ocorre o inverso, ou seja, aumento de 1,4% (+R\$ 480 milhões). Essa diminuição na necessidade de financiamento para a área urbana ocorreu, principalmente, em função da melhoria do mercado de trabalho formal e das medidas de gestão adotadas pela Previdência Social. Já o aumento da necessidade de financiamento para a área rural foi decorrente, na grande maioria, do reajuste do salário mínimo, concedido em março de 2008, que elevou o piso previdenciário para R\$ 415,00 (+9,2%), destacando que 98,6% dos benefícios rurais emitidos para pagamentos estão na faixa de valor igual a um piso previdenciário.

Enquanto na área urbana a arrecadação líquida cobriu 99,2% do total de benefícios pagos em 2008, na área rural essa relação foi de 12,4%. Estes resultados mostram que há uma tendência de equilíbrio entre receita e despesa na área urbana. Já a necessidade de financiamento extremamente alta no meio rural é consequência da importante política de inclusão previdenciária destinada aos trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar.

GRÁFICO 7

Evolução de Arrecadação Líquida Despesa com Benefícios e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural - Acumulada em 2008 - R\$ bilhões de Dez/2008 (INPC)



Fontes: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar)
Elaboração: SPS/MPS.

BENEFÍCIOS EMITIDOS E CONCEDIDOS

Em dezembro de 2008, a quantidade de benefícios emitidos para pagamento chegou a 26,1 milhões, aumento de 3,7% (+925,3 mil benefícios), quando comparado a dezembro de 2007. Os Benefícios Previdenciários apresentaram os maiores aumentos, em termos absolutos, +675,0 mil benefícios (+3,2%), seguindo dos Benefícios Assistenciais, que tiveram incremento de +215,3 mil benefícios (+7,0%) e dos Benefícios Acidentários com elevação de +34,9 mil benefícios (+4,5%), conforme pode ser visto na Tabela 3.

TABELA 3

Evolução da quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social – (Dezembro/2007, Novembro/2008 e Dezembro/2008)

	dez/07 (A)	nov/08 (B)	dez/08 (C)	Var. % (C/B)	Var. % (C/A)	Média Jan. a dez-07	Média Jan. a dez-08	Var. %
TOTAL	25.170.283	26.019.386	26.095.625	0,3	3,7	24.874.062	25.647.075	3,1
PREVIDENCIÁRIOS	21.297.610	21.918.374	21.972.664	0,2	3,2	21.100.522	21.649.195	2,6
Aposentadorias	13.878.747	14.403.935	14.453.455	0,3	4,1	13.641.693	14.179.094	3,9
Idade	7.182.325	7.467.092	7.500.092	0,4	4,4	7.039.348	7.340.305	4,3
Invalidez	2.753.083	2.832.128	2.835.391	0,1	3,0	2.738.239	2.803.116	2,4
Tempo de Contribuição	3.943.339	4.104.715	4.117.972	0,3	4,4	3.864.107	4.035.673	4,4
Pensão por Morte	6.090.410	6.255.428	6.274.676	0,3	3,0	6.004.120	6.185.180	3,0
Auxílio-Doença	1.244.350	1.160.569	1.144.696	(1,4)	(8,0)	1.375.604	1.191.343	(13,4)
Salário-Maternidade	44.720	53.526	54.552	1,9	22,0	41.892	50.882	21,5
Outros	39.383	44.916	45.285	0,8	15,0	37.213	42.696	14,7
ACIDENTÁRIOS	768.653	804.314	803.541	(0,1)	4,5	753.887	785.446	4,2
Aposentadorias	148.701	153.205	153.260	0,0	3,1	147.620	151.342	2,5
Pensão por Morte	128.846	128.011	127.985	(0,0)	(0,7)	129.051	128.389	(0,5)
Auxílio-Doença	137.723	170.896	170.654	(0,1)	23,9	123.073	153.072	24,4
Auxílio-Acidente	270.776	272.660	272.511	(0,1)	0,6	269.942	271.674	0,6
Auxílio-Suplementar	82.607	79.542	79.131	(0,5)	(4,2)	84.200	80.968	(3,8)
ASSISTENCIAIS	3.096.566	3.289.159	3.311.827	0,7	7,0	3.011.766	3.204.975	6,4
Amparos Assistenciais - LOAS	2.680.823	2.909.550	2.934.472	0,9	9,5	2.575.467	2.810.538	9,1
Idoso	1.295.716	1.411.682	1.423.790	0,9	9,9	1.239.649	1.360.235	9,7
Portador de Deficiência	1.385.107	1.497.868	1.510.682	0,9	9,1	1.335.818	1.450.303	8,6
Pensões Mensais Vitalícias	15.745	15.279	15.261	(0,1)	(3,1)	15.937	15.454	(3,0)
Rendas Mensais Vitalícias	399.998	364.330	362.094	(0,6)	(9,5)	420.362	378.982	(9,8)
Idade	115.965	101.814	100.945	(0,9)	(13,0)	124.521	107.543	(13,6)
Invalidez	284.033	262.516	261.149	(0,5)	(8,1)	295.841	271.440	(8,2)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	7.454	7.539	7.593	0,7	1,9	7.888	7.460	(5,4)

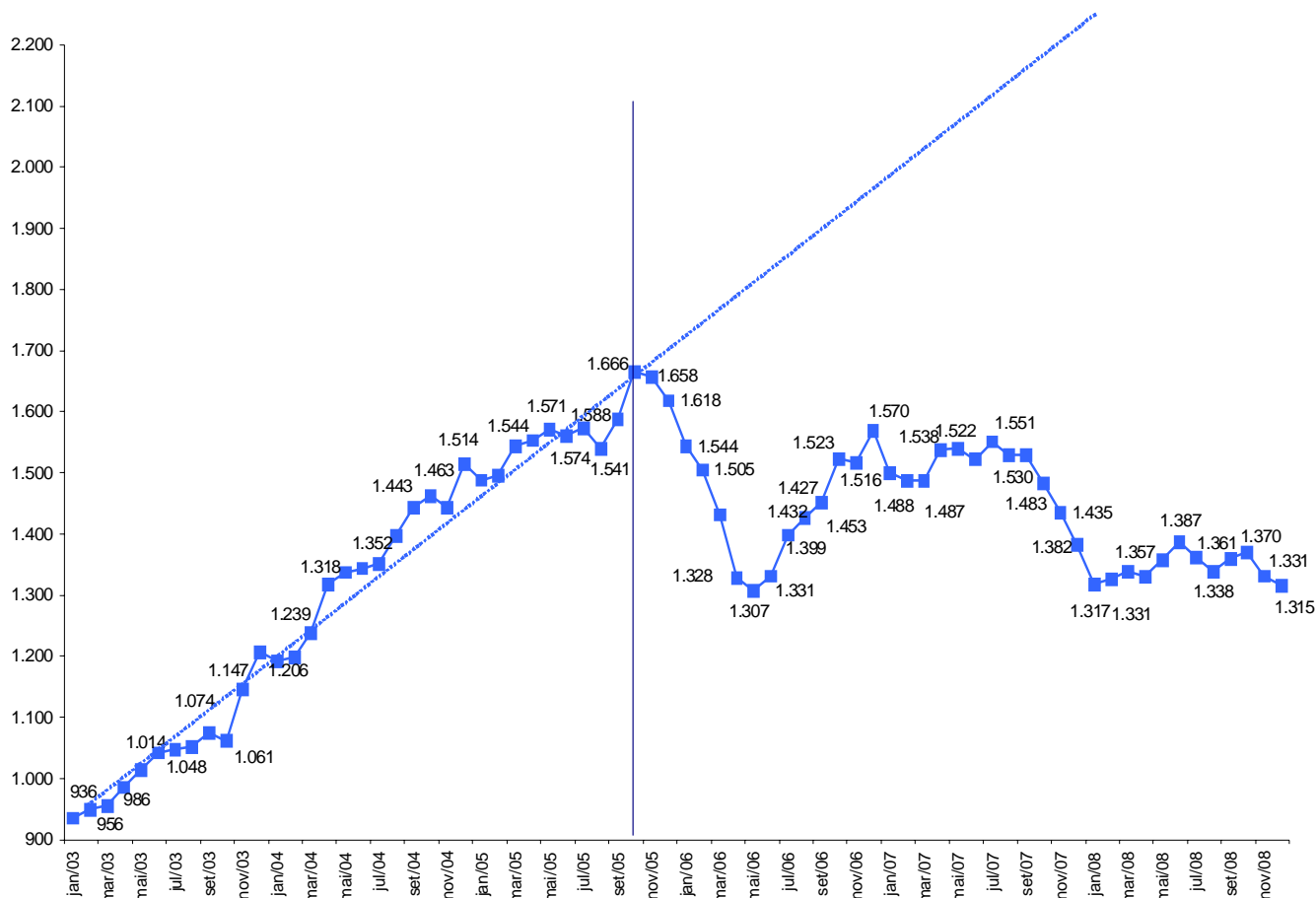
Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS

Elaboração: SPS/MPS

Com relação aos grupos de espécies, na comparação entre dezembro de 2008 e o mesmo mês de 2007, cabe destacar o auxílio-doença acidentário, que cresceu 23,9% (+32,9 mil benefícios), em função da nova metodologia utilizada para caracterizar o nexo causal entre as doenças ocupacionais e as atividades exercidas pelos trabalhadores nas empresas. Nesse ponto verifica-se que o auxílio-doença previdenciário diminuiu 8,0% (-99,6 mil benefícios) se contrapondo, em parte, ao aumento do auxílio-doença acidentário. Em conjunto, os dois auxílios tiveram uma redução em sua emissão de 4,8% (-66,7 mil benefícios), resultado que tem uma forte ligação com as medidas de gestão adotadas pela Previdência Social, em especial, a implantação da chamada Cobertura Previdenciária Estimada – COPES e a substituição de todos os médicos peritos credenciados por médicos concursados. Essas medidas tiveram impacto relevante sobre a emissão de auxílios-doença (acidentário e previdenciário), mostrando que os reflexos das medidas de gestão tomadas a partir de outubro de 2005 continuam surtindo efeitos no sentido de limitar a expansão das emissões desses benefícios. No final de 2005, o estoque de auxílios-doença emitidos estava na casa de 1,6 milhão por mês, valor que foi reduzido para 1,3 milhão em dezembro de 2008 (Gráfico 8).

GRÁFICO 8

Evolução da quantidade de auxílios-doença emitidos (previdenciários e acidentários) – janeiro/2003 a dezembro/2008



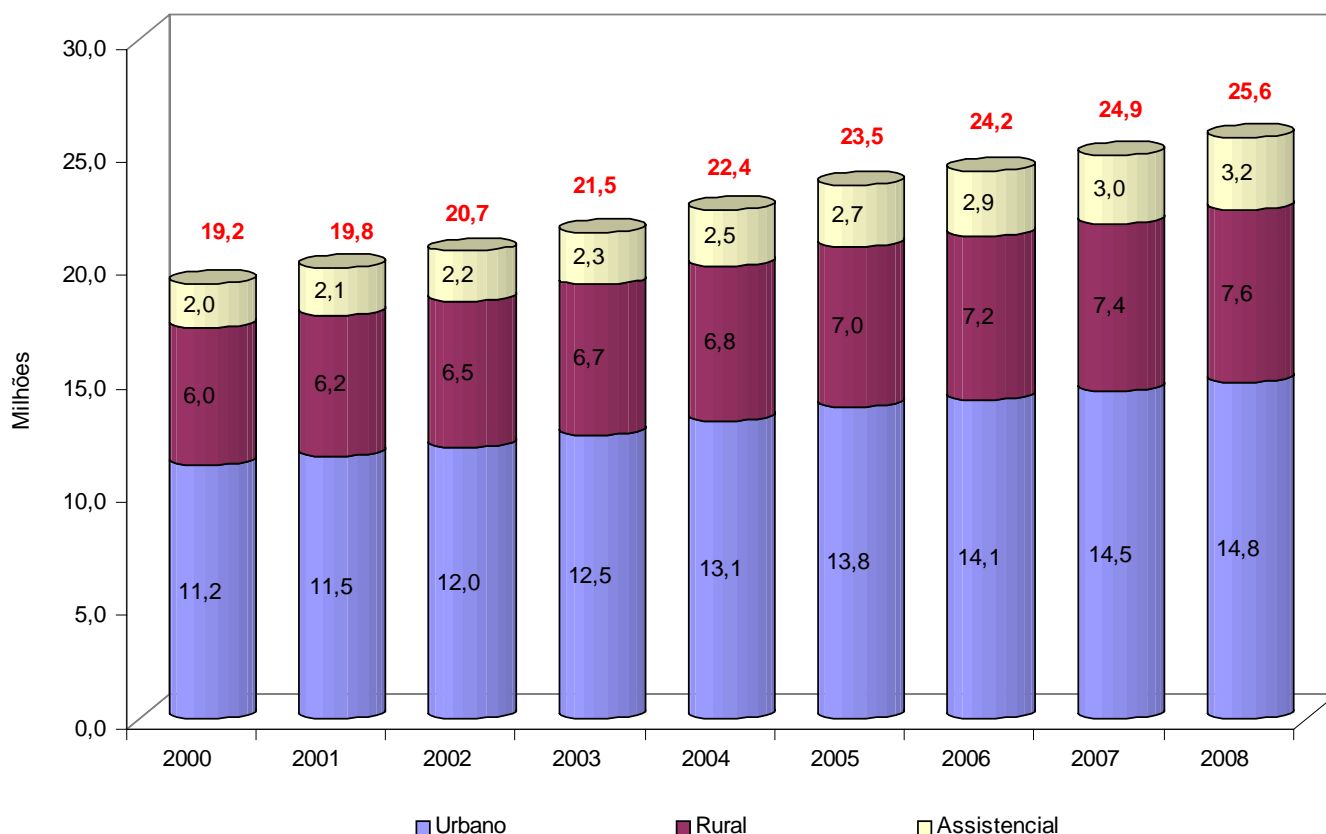
Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS
Elaboração: SPS/MPS

Ressaltam-se, ainda, os amparos assistenciais ao idoso e ao portador de deficiência que cresceram, respectivamente, 9,9% (128,1 mil benefícios) e 9,1% (125,6 mil benefícios) e juntos tiveram incremento de 253,7 mil benefícios, entre dezembro de 2008 e o mês correspondente de 2007.

Da quantidade média de 25,6 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a dezembro de 2008, 57,8% (14,8 milhões) foram destinados a beneficiários da área urbana, 29,7% (7,6 milhões) a beneficiários da área rural e 12,5% (3,2 milhões) a beneficiários do Programa de Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social - BPC. De 2000 a 2008, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 32,1% no meio urbano, de 26,7% no meio rural e de 60,0% nos assistenciais (Gráfico 9).

GRÁFICO 9

Evolução da quantidade de benefícios emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela – 2000 a 2008 (Média de janeiro a dezembro) – Em milhões de benefícios

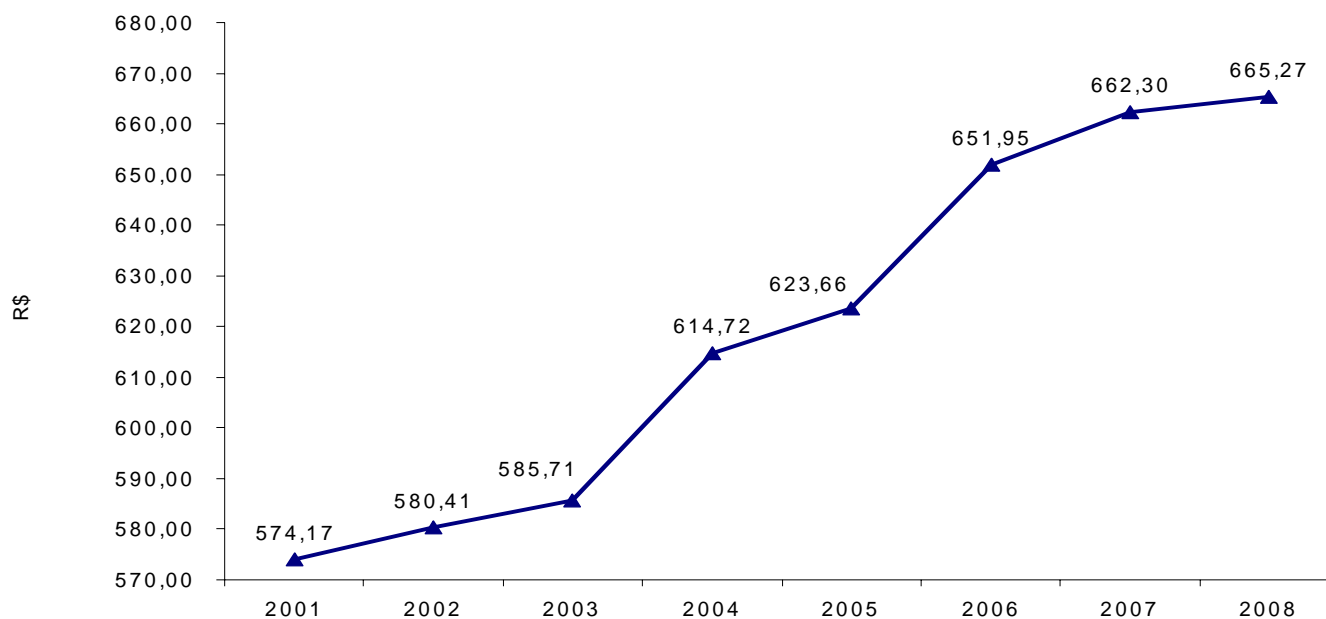


Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS – Elaboração: SPS/MPS

De acordo com o Gráfico 10, nos anos de 2001 a 2008, verificam-se crescimentos contínuos do valor médio real dos benefícios emitidos. O valor médio dos benefícios emitidos passou de R\$ 574,17, em 2001, para R\$ 665,27, em 2008, o que resultou no aumento de 15,9%.

GRÁFICO 10

Valor Médio do total dos Benefícios Emitidos (Média de Janeiro a Dezembro) - Em R\$ de Dezembro/2008 (INPC)



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS – Elaboração: SPS/MPS

A Previdência Social concedeu, em 2008, 4,5 milhões de novos benefícios, ocorrendo elevação de 6,9% (+288,5 mil benefícios) frente ao ano de 2007. Os Benefícios Acidentários apresentaram os maiores aumentos, em termos percentuais, de 29,4% (+85,6 mil benefícios), seguidos dos Benefícios Assistenciais e Benefícios Previdenciários que cresceram, respectivamente, 15,5% (+50,8 mil benefícios) e 4,3% (+151,4 mil benefícios), conforme pode ser visto na Tabela 4.

TABELA 5

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (Dez/2007, Nov/2008 e Dez/2008)

	dez/07 (A)	nov/08 (B)	dez/08 (C)	Var. % (C/B)	Var. % (C/A)	Acum. Jan. a dez-07	Acum. Jan. a dez-08	Var. %
TOTAL	306.975	371.017	343.762	(7,3)	12,0	4.173.350	4.461.842	6,9
PREVIDENCIÁRIOS	257.513	303.473	283.005	(6,7)	9,9	3.554.771	3.706.134	4,3
Aposentadorias	74.762	85.207	82.999	(2,6)	11,0	900.978	1.016.248	12,8
Idade	39.445	48.857	46.749	(4,3)	18,5	519.218	551.876	6,3
Invalidez	15.447	13.251	14.394	8,6	(6,8)	135.211	195.451	44,6
Tempo de Contribuição	19.870	23.099	21.856	(5,4)	10,0	246.549	268.921	9,1
Pensão por Morte	25.698	29.959	29.459	(1,7)	14,6	359.186	367.695	2,4
Auxílio-Doença	122.513	142.213	127.128	(10,6)	3,8	1.825.508	1.806.727	(1,0)
Salário-Maternidade	33.333	44.554	42.054	(5,6)	26,2	453.140	497.031	9,7
Outros	1.207	1.540	1.365	(11,4)	13,1	15.959	18.433	15,5
ACIDENTÁRIOS	22.623	34.403	30.914	(10,1)	36,6	291.442	377.001	29,4
Aposentadorias	547	578	646	11,8	18,1	4.495	7.839	74,4
Pensão por Morte	92	83	84	1,2	(8,7)	1.435	1.127	(21,5)
Auxílio-Doença	21.202	32.773	29.145	(11,1)	37,5	274.946	356.336	29,6
Auxílio-Acidente	773	957	1.015	6,1	31,3	10.395	11.538	11,0
Auxílio-Suplementar	9	12	24	100,0	166,7	171	161	(5,8)
ASSISTENCIAIS	26.807	33.058	29.688	(10,2)	10,7	327.045	377.826	15,5
Amparos Assistenciais - LOAS	26.783	33.016	29.653	(10,2)	10,7	326.497	377.314	15,6
Idoso	14.092	17.019	15.535	(8,7)	10,2	181.252	198.414	9,5
Portador de Deficiência	12.691	15.997	14.118	(11,7)	11,2	145.245	178.900	23,2
Pensões Mensais Vitalícias	23	41	34	(17,1)	47,8	536	502	(6,3)
Rendas Mensais Vitalícias	1	1	1	0,0	0,0	12	10	(16,7)
Idade	-	-	-	-	-	2	1	(50,0)
Invalidez	1	1	1	0,0	0,0	10	9	(10,0)
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	32	83	155	86,7	384,4	92	881	857,6

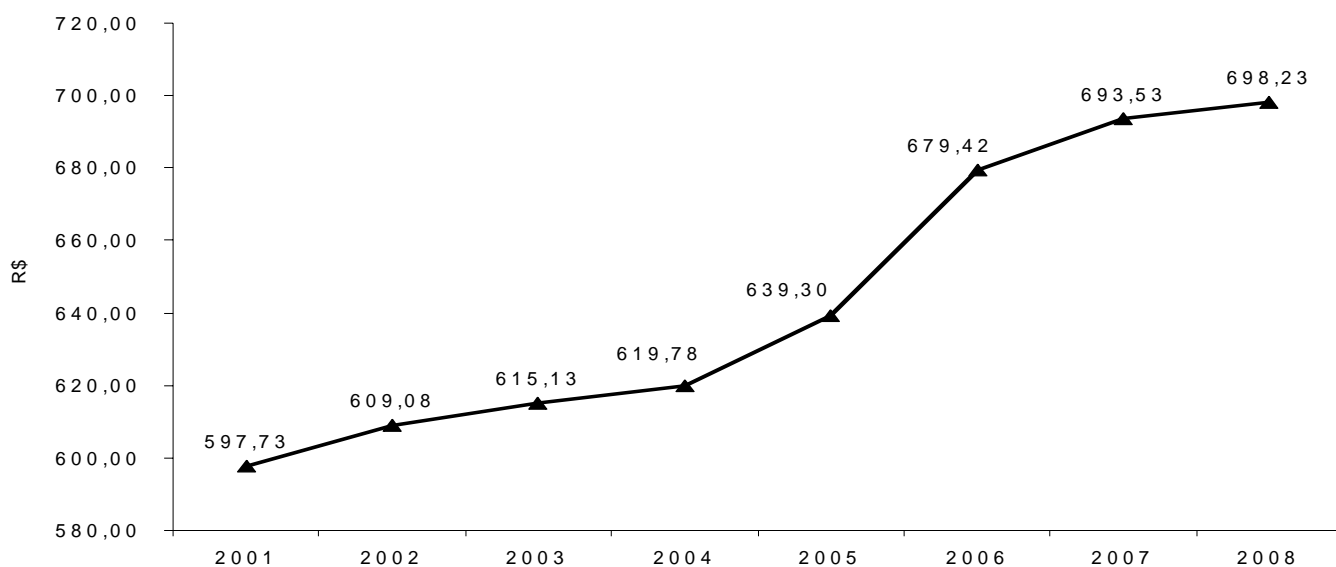
Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS

Elaboração: SPS/MPS

De acordo com o Gráfico 11, nos anos de 2001 a 2008, verificam-se crescimentos contínuos do valor real dos benefícios concedidos. O valor médio dos benefícios concedidos passou de R\$ 597,73, em 2001, para R\$ 698,23, em 2008, o que resultou no aumento de 16,8%.

GRÁFICO 11

Valor Médio do total dos Benefícios Concedidos (Média de Janeiro a Dezembro) - Em R\$ de Dezembro/2008 (INPC)



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS – Elaboração: SPS/MPS



Conforme citado anteriormente, o auxílio-doença acidentário vem apresentando trajetória de crescimento desde abril de 2007, em função da nova metodologia utilizada para caracterizar onexo causal entre as doenças ocupacionais e as atividades exercidas pelos trabalhadores nas empresas. Por esta razão, o auxílio-doença acidentário concedido apresentou, entre o acumulado de 2008 e o correspondente de 2007, crescimento de 29,6% (+81,4 mil).

Cabe destacar, também, as aposentadorias por invalidez previdenciárias e acidentárias, que apresentaram elevações significativas, entre o acumulado de 2008 e o correspondente de 2007, de 44,6% (+60,2 mil benefícios) e 74,4% (+3,3 mil benefícios), respectivamente, em decorrência, possivelmente, de medidas de gestão adotadas pela Previdência Social, em especial, a chamada Cobertura Previdenciária Estimada – COPES, que é um procedimento administrativo adotado pelo INSS que permitiu a pré-definição de datas de alta para os segurados com incapacidade temporária para o trabalho e estabeleceu duração máxima de dois anos para o auxílio-doença, período após o qual o benefício deve ser cessado ou convertido em aposentadoria por invalidez. Assim, como o COPES foi implantado no segundo semestre de 2005 e a duração máxima de um auxílio-doença é de 2 anos, supõe-se que um dos motivos do aumento nas aposentadorias por invalidez seja por meio da conversão de auxílios antigos em aposentadorias (com a devida cessação do auxílio-doença original).

Notas Explicativas - Tabela 1:

- (1) Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo.*
- (2) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES.*
- (3) Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES.*
- (4) Recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal.*
- (5) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS.*
- (6) Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - para pagamento das contribuições correntes de Estados e Municípios,.*
- (7) Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física e Jurídica, quando da comercialização de sua produção.*
- (8) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde - FNS.*
- (9) Valor do resgate de Certificados da Dívida Pública - CDP - junto ao Tesouro Nacional.*
- (10) Contribuições das universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES, repassadas à Previdência Social por meio do Tesouro Nacional.*
- (11) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.*
- (12) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência*
- (13) Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).*
- (14) Débitos quitados através de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.*



Tabela 1
Fluxo de Caixa - 2008 (R\$ mil correntes)

Itens de Receita e Despesa	Em R\$ mil - Valores Correntes												
	jan	fev	mar	abr	maio	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Acum. 2008
1. SALDO INICIAL	2.068.139	5.522.351	5.190.594	6.200.064	6.454.640	6.093.943	9.239.646	12.091.404	6.919.832	5.390.101	6.196.727	8.047.427	24.065.139
2. RECEBIMENTOS	23.636.447	16.712.944	16.896.493	16.918.989	18.315.837	22.406.618	21.869.714	15.414.498	22.820.005	21.777.690	21.442.333	21.517.557	243.930.551
2.1. ARRECADADAÇÃO	13.385.212	13.166.047	13.989.053	13.940.352	13.966.837	14.266.199	14.590.737	14.868.842	14.868.991	14.868.991	14.966.353	24.405.627	180.348.974
- Arrecadação Bancária	12.208.202	12.304.307	12.428.258	12.864.595	12.952.820	13.244.716	13.564.500	13.617.346	13.690.015	13.690.015	13.813.613	23.139.429	177.756.321
- SIMPLES (1)	951.034	725.661	786.487	833.029	837.844	896.682	890.850	824.885	1.068.042	970.917	975.884	968.563	10.729.989
- Fundo Nacional de Saúde - FNS (2)	20.884	27.024	24.325	25.134	25.040	25.411	26.125	25.153	25.514	30.792	28.317	21.171	304.919
- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Fundos de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (4)	90.959	45.399	46.802	63.030	65.769	57.523	51.045	-	-	-	-	-	674.628
- Outorga de Dívidas (5)	55.889	85.014	104.242	166.364	64.034	66.672	104.346	68.805	84.554	10.991	161.592	134.174	1.096.677
- Restituições de Arrecadação	(1.750)	(20.935)	(1.061)	(1.799)	(8.770)	(25.846)	(14.321)	(17.688)	(9.263)	(21.580)	(13.054)	(80.575)	(216.659)
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	11.668	13.413	7.021	(9.931)	(15.112)	(27.284)	49.168	20.172	20.172	(7.939)	90.220	75.870	350.462
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PROPRIOS	31.942	30.661	17.213	24.471	21.943	28.662	24.067	23.510	59.365	20.995	21.455	3.517.659	(2.857.789)
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (6)	5.917.204	(121.795)	2.806.359	2.801.579	2.180.729	5.450.180	(7.877.844)	(174.182)	5.394.876	(2.730.275)	(7.701.937)	(8.872.654)	62.369.442
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	4.320.410	3.648.021	2.706.847	2.162.518	2.191.640	2.692.850	15.173.245	966.265	2.446.150	9.604.198	14.066.243	2.391.055	6.817.042
- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordinários / COFINS - TRF)	2.437.920	129.409	197.815	183.982	262.501	225.825	1.269.324	255.056	275.102	185.341	448.301	946.467	12.769
- Concursos e Prognósticos	10.079	2.365	2.865	6.332	4.800	3.900	11.872	11.872	11.552	11.552	9.614	12.769	88.182
- Operações de Crédito Externa	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	(131)	-	(131)
- COFINS	390.396	2.223.519	865.783	441.222	433.409	612.472	8.548.245	455.705	489.124	8.539.781	4.812.273	884.106	28.686.035
- COFINS/LOAS	1.375.000	1.209.001	1.460.500	1.382.000	1.257.000	1.545.000	1.393.000	1.100.000	1.517.000	724.279	2.101.986	428.862	15.464.638
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU	72.000	57.000	105.000	93.000	63.000	200.000	119.000	42.000	79.000	64.000	101.300	30.000	1.025.300
- Devolução de Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	-	-	-	500	74.471	-	-	(0)	-	-	-	-	74.971
- Recursos Ordinários - Contrapartida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Contrib. Social sobre Lucro (incl. Contrib. Sociais / Lucro - Contrapartida)	45.015	29.092	75.384	75.781	96.459	105.656	3.850.695	(698.387)	74.373	7.6581	6.592.890	87.850	10.213.408
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. PAGAMENTOS	20.182.231	17.063.701	17.947.023	18.664.413	18.676.634	19.263.913	19.047.958	20.586.070	24.349.736	18.970.345	21.591.633	26.258.620	242.592.277
3.1. PAGAMENTOS INSS	18.076.601	15.839.546	16.717.066	17.391.799	17.415.654	17.968.238	17.684.187	19.256.872	22.949.668	17.684.478	20.212.702	24.846.067	225.943.078
3.1.1. BENEFÍCIOS	17.559.580	15.218.738	16.139.064	16.897.394	16.805.672	17.452.814	16.865.427	18.674.789	22.302.747	16.825.382	19.234.705	22.689.784	216.161.006
- Total de Benefícios	17.724.302	15.400.525	16.160.813	16.914.345	16.901.732	17.302.341	18.765.291	22.398.437	22.398.437	17.118.887	19.247.388	22.808.179	218.025.307
- Devolução de Benefícios	(164.722)	(181.787)	(2.149)	(66.952)	(96.060)	(102.273)	(66.952)	(90.502)	(95.690)	(90.502)	(12.682)	(118.385)	(1.409.201)
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS	16.295.849	13.962.940	14.769.876	15.428.798	15.403.511	15.925.614	15.407.523	17.253.536	20.846.519	15.384.906	17.763.915	21.226.707	199.562.012
3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS	13.857.939	13.822.132	14.856.275	15.203.597	15.072.013	15.626.614	15.076.661	16.991.785	20.515.041	15.142.781	17.362.758	20.967.841	194.103.208
3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF (8)	2.438.018	132.675	204.603	225.191	331.488	290.460	330.963	261.771	331.478	242.125	421.157	258.866	5.459.805
3.1.1.2. INAPREVIDENCIÁRIOS	1.263.792	1.263.952	1.398.196	1.416.605	1.402.161	1.646.741	1.467.903	1.421.253	1.466.228	1.440.676	1.450.790	1.463.087	17.095.694
3.1.2.1. EPU-T.N.	69.430	62.906	101.559	87.485	68.125	147.838	113.226	68.451	89.394	6.500	72.433	70.999	1.017.895
3.1.2.2. LOAS	1.194.302	1.201.026	1.287.627	1.331.120	1.334.036	1.348.903	1.341.678	1.351.801	1.366.833	1.374.526	1.378.357	1.392.088	16.036.198
3.1.2.3. PESSOAL (10)	391.297	550.542	438.158	435.621	429.816	436.739	436.739	459.242	589.701	547.620	850.783	1.192.717	6.926.616
3.1.3. CUSTEIO (11)	125.724	170.266	139.844	108.785	180.386	179.045	211.096	122.841	57.220	21.2375	127.214	963.556	2.398.332
3.2. TRANSF. A TERCEIROS (12)	2.105.630	1.214.155	1.229.956	1.272.614	1.220.779	1.295.674	1.363.772	1.329.199	1.400.068	1.383.887	1.378.930	1.412.553	16.649.198
4. ARRECADAO LIQUIDA (2.1 - 3.2)	11.206.899	11.927.514	12.133.965	12.641.573	12.650.017	13.230.212	13.230.212	13.193.239	13.430.015	13.473.239	13.559.183	22.964.169	163.355.272
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 - 3.1.1)	(5.088.949)	(2.027.292)	(2.635.913)	(2.787.215)	(2.753.044)	(2.663.312)	(2.177.311)	(4.060.297)	(7.416.505)	(1.909.183)	(4.224.732)	1.731.462	(36.206.741)
6. SALDO ARREC. LIQ. - BENEF. (4 - 3.1.1)	(6.352.681)	(3.291.224)	(4.005.099)	(4.205.821)	(4.153.655)	(4.153.655)	(3.653.215)	(5.481.550)	(8.872.732)	(3.848.659)	(6.675.522)	274.375	(53.260.834)
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	3.454.212	(331.757)	1.009.470	254.576	(360.697)	(4.145.704)	2.851.756	(5.171.572)	(1.529.730)	(2.806.625)	(1.49.298)	(4.741.063)	1.238.224
8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) (13)	5.522.351	5.190.594	6.200.064	6.454.640	6.093.943	9.239.648	12.091.404	6.919.832	5.390.101	6.196.727	8.047.427	3.306.364	3.306.364

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MPS

- (1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.
 (2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).
 (3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.
 (4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.
 (5) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES, repassadas à Previdência através da Secretaria do Tesouro Nacional.
 (6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.
 (7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
 (8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.
 (9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.
 (10) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.
 (11) Retine as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.
 (12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.
 (13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.



Tabela 2 Fluxo de Caixa - Dez/2008 (R\$ mil de Dez/2008 - INPC)

Itens de Receita e Despesa	Valores em mil R\$ de Dez/2008 - INPC									
	dez/07	nov/08	dez/08	III	Em %	Em %	Var. III/II	Var. III/II	Acum. Jan.	Acum. Jan.
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
1. SALDO INICIAL	10.303.466	8.220.489	8.047.427	(2.1)	(21,9)	94.055.557			83.089.614	
2. RECEBIMENTOS	21.563.726	21.476.174	21.488.652	0,1	(0,3)	236.177.621			249.430.000	
2.1. ARRECADACÃO	22.396.247	14.981.420	24.376.722	62,7	8,8	167.626.263			184.114.705	
- Arrecadação Bancária	21.394.093	13.853.659	23.139.429	67,0	8,2	155.590.110			171.572.901	
- SIMPLES (1)	816.313	978.714	968.563	(1,0)	18,7	313.332			10.984.743	
- Programa de Recuperação Fiscal - REFFIS (2)	25.871	28.399	21.171	(25,5)	(18,2)	201			312.332	
- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)	-	-	-	-	-	-			-	
- Certificados da Dívida Pública - CDP (4)	-	-	-	-	-	-			-	
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (6)	56.304	-	222.865	-	295,8	753.653			691.430	
- Quitação de Dívidas (6)	-	-	-	-	-	-			-	
- Depósitos Judiciais (7)	123.080	162.061	134.174	(17,2)	9,0	1.283.413			1.123.019	
- Restituições de Arrecadação	(19.402)	(13.092)	(80.675)	515,5	(315,3)	(235.765)			(219.546)	
2.2. OUTROS RECEBIMENTOS FINANCEIROS	(48.414)	90.482	75.870	(16,1)	(256,7)	442.352			150.397	
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	(1.378.939)	21.517	3.517.659	16.248,4	(355,1)	(811.197)			3.830.596	
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (8)	(6.985.545)	(7.724.285)	(8.872.654)	14,9	27,0	1.430.010			(2.194.547)	
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	7.580.376	14.107.021	2.391.055	(83,1)	(68,5)	67.490.193			63.528.848	
- Recursos Ordinários (Incl. Recursos Ord./COFINS - TRF)	278.713	449.600	946.467	110,5	239,6	5.381.095			7.022.320	
- Concursos e Prognósticos	12.663	9.642	12.769	32,4	0,8	89.234			89.795	
- Operações de Crédito Externa	(16.822)	(132)	-	(100,0)	(100,0)	(102.662)			(134)	
- COFINS	3.273.777	4.826.224	884.106	(81,7)	(73,0)	34.940.435			29.124.050	
- COFINS/LOAS	1.407.348	2.108.090	429.862	(79,6)	(69,5)	14.086.008			15.867.001	
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU	73.903	101.594	30.000	(70,5)	(59,4)	1.526.304			1.051.362	
- Devolução do Plano de Segurança Social (PSS) / PASEP / Outros	-	-	-	-	-	-			-	
- Recursos Ordinários - Contrapartida	-	-	-	-	-	-			-	
- Contrib. Sociais sobre Lucro (Incl. Contrib. Sociais / Lucro - Contrapartida)	1.315.787	6.612.003	87.850	(98,7)	(93,3)	3.423.775			10.297.185	
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF	1.235.007	-	-	-	(100,0)	8.146.003			-	
3. PAGAMENTOS	29.665.017	21.654.228	26.258.620	21,3	(11,5)	241.988.686			248.271.181	
3.1. PAGAMENTOS INSS	28.392.125	20.271.300	24.846.067	22,6	(12,5)	277.384.892			231.193.285	
3.1.1. BENEFÍCIOS	27.272.223	19.290.487	22.889.794	17,6	(16,8)	218.380.086			221.689.286	
- Total de Benefícios	27.332.465	19.303.186	22.808.179	18,2	(16,6)	219.473.368			223.133.228	
- Devolução de Benefícios	(60.242)	(12.719)	(118.385)	830,8	96,5	(1.093.282)			(1.443.942)	
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS	25.251.092	17.835.471	21.226.707	19,0	(15,9)	202.008.079			204.224.141	
3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS	25.027.343	17.413.094	20.967.841	20,4	(16,2)	196.380.340			198.568.005	
3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF (8)	223.749	422.378	258.866	(38,7)	15,7	5.627.739			5.656.136	
3.1.1.2. NÃO-PROVIDENCIÁRIOS	2.021.131	1.454.988	1.463.087	0,6	(27,6)	16.372.007			17.465.145	
3.1.1.2.1. - EPU T.N.	78.474	72.643	70.899	(2,3)	(9,5)	898.303			1.043.101	
3.1.1.2.2. - LOAS	1.942.657	1.382.353	1.392.088	0,7	(28,3)	15.473.704			16.422.044	
3.1.2. PESSOAL (10)	648.722	853.250	1.192.717	39,8	83,9	6.764.197			7.069.221	
3.1.3. CUSTEIO (11)	481.180	127.583	963.556	655,2	108,9	2.240.610			2.434.778	
3.2. TRANSF. A TERCEIROS (12)	1.282.892	1.382.928	1.412.553	2,1	10,1	14.603.793			17.077.896	
4. ARRECADACÃO LÍQUIDA (2.1 - 3.2)	21.113.356	13.598.492	22.964.169	68,9	8,8	153.022.469			187.036.809	
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 - 3.1.1.1)	(4.137.737)	(4.236.979)	1.737.462	(141,0)	(142,0)	(48.985.609)			(37.187.332)	
6. SALDO ARREC. LIQ. - BENEF. (4 - 3.1.1)	(6.158.868)	(5.691.975)	274.375	(104,8)	(104,5)	(65.357.616)			(64.652.477)	
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	(8.101.291)	(178.054)	(4.769.968)	2.578,9	(41,1)	(5.811.064)			1.158.818	
8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) (13)	2.202.175	8.042.436	3.277.459	(59,2)	48,8	2.202.175			3.277.459	

Fonte: CCF/INSS.

Elaboração: SPS/MPs.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.
 (2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-000, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES, repassadas à Previdência através da Secretaria do Tesouro Nacional.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressaram com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

(10) Retenções realizadas a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Retenções operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Paraná), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRAN, DPC/DPEP - Marítimo, SDR/MAJARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEXT, SENAT, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

Tabela 3
Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios
(R\$ milhões de Dez/2008 - INPC)

Valores em milhões R\$ de Dez/2008 - INPC

Período	Arrecadação Bruta (1)	Transferências a Terceiros	Arrecadação Líquida	Benefícios Previdenciários			Relação %	Saldo
	(A)		C = (A - B)	(2)	(3)	(4) (5)	E=(D/C)	F= (C - D)
		(B)		(D)				
Valores referentes ao acumulado até o mês de Dezembro, a preços de Dez/2008 INPC								
1998	102.029	7.119	94.910	109.361		115,2	(14.451)	
1999	101.534	6.402	95.132	113.310		119,1	(18.178)	
2000	108.745	7.111	101.634	119.929		118,0	(18.295)	
2001	113.654	7.680	105.974	127.570		120,4	(21.595)	
2002	116.824	7.799	109.025	134.956		123,8	(25.931)	
2003	113.946	7.737	106.209	140.855		132,6	(34.646)	
2004	125.275	9.135	116.141	155.688		134,1	(39.548)	
2005	135.892	8.829	127.063	171.073		134,6	(44.009)	
2006	151.025	10.794	140.231	188.070		134,1	(47.839)	
2007	167.626	14.604	153.022	202.008		132,0	(48.986)	
2008	184.115	17.078	167.037	204.224		122,3	(37.187)	
dez/06	20.381	908	19.473	21.774		111,8	(2.301)	
jan/07	12.143	1.583	10.560	14.678		139,0	(4.118)	
fev/07	12.483	903	11.580	14.682		126,8	(3.102)	
mar/07	12.783	1.146	11.637	16.820		144,5	(5.183)	
abr/07	12.844	1.140	11.704	14.860		127,0	(3.156)	
mai/07	13.086	1.176	11.910	15.592		130,9	(3.681)	
jun/07	13.160	1.187	11.974	15.684		131,0	(3.710)	
jul/07	13.421	1.194	12.226	15.735		128,7	(3.509)	
ago/07	13.913	1.228	12.685	15.493		122,1	(2.808)	
set/07	13.579	1.241	12.338	22.256		180,4	(9.918)	
out/07	13.915	1.269	12.646	15.555		123,0	(2.909)	
nov/07	13.902	1.255	12.647	15.400		121,8	(2.753)	
dez/07	22.396	1.283	21.113	25.251		119,6	(4.138)	
jan/08	14.078	2.227	11.851	17.233		145,4	(5.382)	
fev/08	13.831	1.278	12.553	14.687		117,0	(2.134)	
mar/08	13.994	1.288	12.706	15.466		121,7	(2.760)	
abr/08	14.477	1.324	13.153	16.053		122,0	(2.900)	
mai/08	14.336	1.299	13.037	15.874		121,8	(2.838)	
jun/08	14.541	1.323	13.218	16.142		122,1	(2.924)	
jul/08	14.819	1.385	13.434	15.645		116,5	(2.211)	
ago/08	14.715	1.347	13.368	17.482		130,8	(4.114)	
set/08	15.004	1.417	13.588	21.091		155,2	(7.504)	
out/08	14.961	1.395	13.566	15.488		114,2	(1.922)	
nov/08	14.981	1.383	13.598	17.835		131,2	(4.237)	
dez/08	24.377	1.413	22.964	21.227		92,4	1.737	

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: SPS/MPS.

(1) Inclui Arrecadação do SIMPLES. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação.

(2) Para o ano de 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários.

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R\$ 2,288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

Arrecadação Líquida X Despesa com Benefícios Previdenciários
(acumulado até dezembro de cada ano, em R\$ milhões de Dezembro/2008 - INPC)



REMETENTE: Secretaria de de Políticas de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios
Bloco "F", 7º andar, sala 750
Tels.: (0-XX-61) 2021-5011
Fax: (0-XX-61) 2021-5408
e-mail: cgep@previdencia.gov.br
70.059-900 – Brasília/DF



PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

IMPRESSO